
EDITORIAL

A Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional tem o prazer de lançar mais uma edição. Desta vez o Volume 9 conta com a participação de autores de 11 Instituições de Ensino Superior, localizadas nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia, Tocantins e Mato Grosso. Isso ressalta diferentes visões sobre o desenvolvimento regional e gestão em diversas localidades do país. Além disso as pesquisas selecionadas possuem uma perspectiva multidisciplinar, abrangendo áreas como Administração, Economia, Geografia, Educação, Sociologia, Agronomia, Biologia e Sistemas de Informação.

O primeiro artigo analisa a formação territorial e os processos históricos, ambientais e urbanísticos que ocorreram no município de Imbé, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A pesquisa destacou a evolução da paisagem natural, os desafios ambientais enfrentados pela região, o crescimento demográfico e os indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Os autores ressaltaram a relevância de abordagens interdisciplinares para a gestão sustentável, além da necessidade de articulação entre memória histórica, planejamento urbano e proteção ambiental.

Ainda sobre o Estado do Rio Grande do Sul, o segundo artigo aborda os efeitos das mudanças climáticas por meio do arcabouço teórico-estruturalista cepalino. Os autores apontaram que o estado gaúcho deve investir em diversificação produtiva, priorizando o setor de economia verde e reformar estruturalmente a sua política, economia e sociedade.

O tema educação e desafios na profissão educador foi discutido no terceiro artigo. A pesquisa realizada no município de Luzinópolis, no Estado de Tocantins, e por meio da História Oral e entrevistas com docentes, os autores identificaram que o ingresso na carreira nem sempre foi uma escolha inicial, mas a única oportunidade de formação e trabalho no contexto local. As narrativas evidenciaram dificuldades como a baixa participação das famílias e o desinteresse discente como fatores que impactam o ensino e aprendizagem.

O quarto artigo analisou as principais dificuldades dos agricultores familiares para acessar o crédito rural no Brasil. Os autores identificaram que a concentração de créditos se encontra nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste. Em contrapartida, existe uma limitação de acesso nas regiões Norte e Nordeste. Nesse contexto, fatores como a burocracia excessiva, a ausência de dados sobre o histórico de produção e a documentação da atividade, baixo nível de renda, falta de informação sobre como acessar as linhas de crédito, barreiras socioculturais e o baixo nível de escolaridade podem limitar o acesso a este tipo de política pública.

A agricultura também é tema do quinto artigo, porém analisa sobre outra perspectiva a atividade extrativista em comunidades indígenas da Amazônia. O trabalho foi um estudo de caso realizado na Terra Indígena Apiaká/Kayabi, com o objetivo de analisar como o cooperativismo contribui para fortalecer essa atividade, promovendo autonomia financeira, preservação ambiental e valorização dos saberes tradicionais. Os resultados mostraram que a organização coletiva facilita o acesso a mercados mais justos, melhora a distribuição de renda e fortalece a identidade cultural dos povos indígenas.

Vale ressaltar que o agronegócio também abrange o segmento de floricultura, isso ficou evidenciado no sexto artigo desta edição. O estudo teve como objetivo

realizar um levantamento das principais plantas ornamentais comercializadas em um viveiro localizado no município de Porto Velho, Rondônia. Os autores observaram que a comercialização se concentra em um número reduzido de espécies, destacando-se a grama esmeralda, roseiras, orquídeas e calandivas.

A análise e a implementação de políticas públicas de saúde mental voltadas para os professores da rede estadual de ensino do Paraná por meio do aplicativo Bem Cuidar, foi o objetivo sétimo artigo. O aplicativo descrito oferece consultas psicológicas gratuitas e *online*. O Aplicativo Bem Cuidar é uma iniciativa institucional relevante no reconhecimento do adoecimento mental docente e na ampliação do acesso a atendimentos psicológicos e psiquiátricos na rede estadual de ensino. Os dados analisados indicam elevada adesão e avaliação positiva por parte dos usuários, evidenciando sua importância como instrumento de acolhimento e cuidado em saúde mental. Contudo, os resultados também apontam limites quanto ao alcance estrutural da política, uma vez que o aplicativo atua predominantemente no âmbito assistencial, sem incidir diretamente sobre os determinantes relacionados às condições de trabalho.

O oitavo artigo, com uma visão mais aprofundada sobre aplicativos e programação, relata as principais diferenças das linguagens C e *Python*. A linguagem C é compilada, procedural e de tipagem estática, oferecendo alto desempenho e controle direto da memória por meio de ponteiros. Enquanto a *Python* é interpretada, orientada a objetos e de tipagem dinâmica, priorizando simplicidade, legibilidade e rapidez no desenvolvimento. A linguagem C exige maior conhecimento técnico e sintaxe mais detalhada e *Python* apresenta código mais enxuto e fácil de aprender. Essas são algumas diferenças que os autores exploram no artigo. Vale ressaltar, que a escolha entre as duas linguagens depende das necessidades do projeto, equilibrando desempenho, simplicidade e produtividade.

Uma aplicação prática de sistemas de informação foi demonstrada no nono artigo, que analisou os impactos da troca de sistema de gestão em um posto de combustível localizado em Sinop/MT. A investigação contribuiu para a compreensão dos efeitos da inovação tecnológica em pequenas empresas do setor de combustíveis, oferecendo subsídios acadêmicos e gerenciais para a análise da relação entre tecnologia, organização do trabalho e adaptação dos colaboradores.

Por fim, o décimo artigo, analisou a adaptação do conceito de Cidades Inteligentes aos pequenos municípios da Amazônia. Os autores propõem uma leitura adaptativa baseada no modelo CHESI, que valoriza dimensões humanas, eficientes, sustentáveis e inteligentes para compreender a temática. Os resultados indicaram que a inteligência urbana nesses territórios depende menos da sofisticação tecnológica e mais da governança, da articulação intersetorial, do uso estratégico de dados e da cooperação regional, permitindo trajetórias de desenvolvimento mais aderentes, sustentáveis e inclusivas.

Esperamos que a leitura contribua para reflexão e discussões produtivas sobre os temas desenvolvidos, reforçando o compromisso da RBEGDR em valorizar o diálogo interdisciplinar.

Eliane Alves da Silva
Editora Executiva

